

SP: STF suspende reintegração de posse da área da Vila Soma em Sumaré



Uma liminar concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, suspendeu a reintegração de posse da área da Vila Soma, em Sumaré (SP). A retirada dos moradores estava agendada para domingo (17).

Dez mil pessoas vivem no local e o ministro relatou que a remoção "poderá catalisar conflitos latentes, ensejando violações aos direitos fundamentais daqueles atingidos por ela", diante da ausência de informações sobre onde seriam reassentados.

O pedido de liminar foi feito pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP).

De acordo com o STF, a ação de reintegração foi ajuizada em julho de 2012 pela Melhoramentos Agrícola Vifer Ltda e a massa falida da Soma Equipamentos Industriais Ltda, que são proprietárias da área de um milhão de metros quadrados invadida no mesmo ano.

Ainda de acordo com a Justiça, o pedido foi procedente em janeiro de 2013, e a sentença foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Dessa decisão, a DPE solicitou recurso ao STF, cuja admissibilidade depende de análise.

O advogado dos moradores, Alexandre Mandl, disse na manhã desta quinta-feira (14) que eles aguardam uma posição da Secretaria de Segurança Pública e do juízo local, para comemorarem efetivamente a decisão. "Foi um avanço", disse o defensor.

Tensão

Com a reintegração de posse anteriormente agendada para domingo, moradores da Vila Soma, em Sumaré (SP), começaram, sob protestos, a deixar a área particular ocupada há três anos na tarde de quarta-feira (13). A Polícia Militar acompanhou a movimentação, mas não houve confronto.

Alguns moradores fizeram barricadas e com enxadas, foices e paus em mãos prometeram resistir e permanecer na área ocupada desde 2012.

Eles bloquearam durante todo o dia a única rua que dá acesso à comunidade e o clima era de tensão, especialmente após a chegada da PM. No entanto, eles afirmam que querem paz.

Violação de direitos

Em dezembro, a Defensoria Pública enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), um pedido de medidas para evitar a violação de direitos dos moradores da Vila Soma.

No documento, a Defensoria Pública apontava risco de violação de diversos direitos das cerca de 10 mil

peças que ocupam a área, como à vida, à integridade física, à propriedade, à circulação e residência, à igualdade, à proteção judicial, entre outros, todos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil faz parte.

Além disso, são citados no documento diversos casos de reintegrações de posse realizadas com abuso de violência e sem uma adequada preparação, como a desocupação da comunidade do Pinheirinho em janeiro de 2012, em São José dos Campos (SP), caracterizada no pedido como o "maior evento de violação de direitos humanos na história recente do Brasil".

No documento enviado à OEA, a Defensoria solicita que sejam tomadas todas as medidas necessárias para preservar a vida, a dignidade e os bens dos moradores da Vila Soma, com a suspensão imediata de ordens de remoção forçada até que haja comprovação do devido planejamento adequado para sua execução.

Sair para onde?

Na segunda-feira (12), alguns moradores da Vila Soma acamparam em frente ao prédio onde morava a prefeita de Sumaré, Cristina Carrara (PSDB). Parte deles se acorrentou em frente a fachada do edifício.

Segundo os moradores, a intenção era sensibilizar a prefeita sobre a atual situação da população da ocupação.

Veículo: G1

Data: 14/01/2016

Estado: SP

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br